

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA COMPANHIA  
URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL (NOVACAP)**

Pregão Eletrônico n.º 028/2022 – DECOMP/DA

Processo Administrativo n.º 00112-00013486/2022-20

**BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.663.326/0001-12, com sede na SDS Bloco O, Edifício Venâncio VI, Salas 221 a 227, Brasília, CEP n.º 70.393-905, Distrito Federal, representado por sua sócia-administradora **ALINE MATIAS DE OLIVEIRA MARTINS**, brasileira, casada, empresária, portadora da Identidade Militar n.º 033582493-4 e inscrita no CPF n.º 168.437.188-55, residente e domiciliada na Quadra 9, Conjunto G, Casa 16, Sobradinho I, Brasília, CEP n.º 73.035-097, Distrito Federal, vem à presença de Vossa Senhoria, por intermédio de seus advogados subscritos, com fulcro no art. 109, I, da Lei n.º 8.666/1993, no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal n.º 10.520/2002, art. 44 do Decreto n.º 10.024/2019, art. 59, § 1º, da Lei Federal n.º 13.303/2016, e item 14.3.1. do Edital do Pregão Eletrônico n.º 04/2023 interpor

**RAZÕES DO RECURSO**

contra a decisão que inabilitou a **BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA** e habilitou o **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.803.317/0007-40, pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Correa Teles.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1904-0355-D472-8CD2.

## **I – DA TEMPESTIVIDADE E DO PRAZO LEGAL PARA JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

O respectivo edital de licitação deve prever o prazo para julgamento dos recursos interpostos em consonância com o prazo previsto na legislação pátria.

Notemos o descrito no art. 109, I, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993:

**Artigo 109, da Lei n.º 8.666/1993** - Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

O art. 4º da Lei Federal n.º 10.520/2002, prevê em seu inciso XVIII o prazo legal para interposição de recurso pelo licitante, *in verbis*:

**Artigo 4º, XVIII da Lei Federal 10.520/2002** - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Notemos o descrito no art. 44 do Decreto n.º 10.024/2019. Portanto, norma específica sobre a matéria:

**Artigo 44, do Decreto n.º 10.024/2019** - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

**§ 1º** As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

**§ 2º** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**§ 3º** A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**§ 4º** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

Por fim, o art. 59, § 1º, da Lei Federal n.º 13.303/2016 disciplina que:

**art. 59 da Lei Federal n.º 13.303/2016** - Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá fase recursal única. (Vide Lei nº 14.002, de 2020)

**§ 1º** Os recursos serão apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação e contemplarão, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do disposto nos incisos IV e V do caput do art. 51 desta Lei.

**§ 2º** Na hipótese de inversão de fases, o prazo referido no § 1º será aberto após a habilitação e após o encerramento da fase prevista no inciso V do caput do art. 51, abrangendo o segundo prazo também atos decorrentes da fase referida no inciso IV do caput do art. 51 desta Lei.

Notemos o descrito no tópico 8.1. do referido edital:

8.1 - Declarado o vencedor, qualquer PROPONENTE poderá, durante a sessão pública, manifestar a intenção de recorrer, de forma motivada e com o registro da síntese de suas razões em campo próprio do sistema em até 2 (duas) horas, conforme item 8.3, sendo-lhes facultado apresentar as razões de recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar

do término do prazo do recorrente, estando assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

Nesse ínterim, o prazo fatal para juntada das razões recursais transcorre em 23/08/2023, às 23:59:59.

## II – RESUMO DOS FATOS

Foi publicado o Edital de Pregão Eletrônico n.º 028/2022 – DILIC/DECOMP, pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), visando a realização de licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo menor preço por lote.

O objeto do edital é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de medicina ocupacional, promoção e prevenção à saúde com vista à implementação de ações integradas para atendimentos do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional de Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais conforme NR 07 e da Portaria n.º 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), respectivamente, para os empregados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, relativo às atividades preventivas curativas, educativas e outras correlatas, abrangendo todos os recursos necessários à sua execução, instalações físicas com infraestrutura para realização dos exames médicos laboratoriais, de imagem e ambulatoriais; equipamentos e recursos humanos necessários à prestação de serviço, nas instalações da contratante e fornecimento de Sistema de Gestão e Elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e Laudos médicos com foco em fornecer dados e informações para o e-social. A empresa contratada deverá utilizar e fornecer acesso ao sistema operacional e informacional compatível com as atualizações da legislação, considerando também layouts de informações a serem prestadas ao eSocial; bem como ferramentas de gestão da informação para o acompanhamento dos indicadores, painéis e demais recursos tecnológicos que auxiliem na implantação de medidas para reduzir custos e colaborar com o aumento da qualidade de vida dos

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Correa Teles.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1904-0355-D472-8CD2.

empregados. As informações decorrentes dos atendimentos deverão ser armazenadas em plataforma que também guarde histórico dos trabalhadores em prontuários específicos, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência, no Edital e seus anexos.

Nesse sentido, o procedimento de Pregão Eletrônico está eivado de vícios, com destaque para a decisão que inabilitou a BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA, por não apresentar “Balanço Patrimonial e Contrato Social devidamente registrado conforme item 7.2.1 inciso V e IV do Edital” e, ao mesmo tempo, habilitou o SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.803.317/0007-40.

Durante o Pregão, ao invés de realizar diligência para tentar sanar eventuais dúvidas a respeito da documentação de habilitação da BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA, o PREGOEIRO, agindo com excesso de rigor, optou por inabilitá-la. Entretanto, quando o PREGOEIRO foi informado de que o SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL também continha irregularidades, este simplesmente concedeu prazos adicionais para que ele apresentasse a documentação faltante.

Entretanto, tal oportunidade não foi conferida a BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA revelando que o PREGOEIRO dispensou um tratamento excessivamente rigoroso e não-isonômico perante esta última e os demais licitantes, trazendo prejuízo à Administração uma vez que tal conduta cerceia a participação do certame, limitando sua competitividade, e afasta uma proposta mais vantajosa para a Administração sob o pretexto de uma exigência que é facilmente verificável pela Administração.

Percebe-se que o PREGOEIRO agiu com rigor excessivo para com um Licitante e com permissividade para com outro, violando o princípio da isonomia.

### III – DO DIREITO

#### III.1 – DO TRATAMENTO DESIGUAL E DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E AO PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO

O princípio da isonomia, previsto na Constituição Federal de 1988 e consagrado nos fundamentos do Estado Democrático de Direito, é um dos pilares basilares que permeiam o âmbito das licitações públicas. Trata-se de uma norma essencial que visa garantir a igualdade de condições entre os licitantes, de modo a conferir-lhes tratamento equitativo, justo e imparcial, em busca da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, bem como da efetivação do interesse público.

Conforme artigo 3º, *caput*, da Lei n.º 8.666/93, alicerçada nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, a Administração Pública está adstrita à obrigação de promover um processo licitatório justo e isonômico, assegurando que todos os licitantes sejam tratados com igualdade de oportunidades, sem qualquer discriminação ou privilégio.

No caso em apreço, observa-se que o PREGOEIRO, ao inabilitar a BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA com base na ausência do "Balanço Patrimonial e Contrato Social devidamente registrado conforme item 7.2.1 inciso V e IV do Edital", adotou uma postura excessivamente rigorosa (violação o princípio do formalismo moderado) e não aplicou o mesmo critério ao habilitar o SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL (violação o princípio da isonomia), pessoa jurídica de direito privado.

No que tange ao processo administrativo no âmbito federal, seu regramento toma por base as normas previstas na Lei n.º 9.784/99.

Segundo o artigo 2º da referida lei, o processo administrativo deve observar alguns princípios, tais como: legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório,

segurança jurídica, interesse público e eficiência. Embora seja apenas exemplificativo, o dispositivo deixa de incluir expressamente o princípio do formalismo moderado (instrumentalidade das formas).

Apesar disso, o parágrafo único do artigo 2º estabelece a obrigatoriedade de observância de certos critérios na condução do processo administrativo, que permitem de forma clara o abrandamento do formalismo e do rigor das normas processuais. Ademais, o artigo 22 da mesma norma prevê que “os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir”.

Sobre o tema, Odete Medauar (2004, Pg. 203) tece as seguintes observações:

Há ritos e formas inerentes a todo procedimento. Na verdade, o princípio do formalismo moderado consiste, em primeiro lugar, na previsão de ritos e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança, respeito aos direitos dos sujeitos, o contraditório e a ampla defesa. Em segundo lugar, se traduz na exigência de interpretação flexível e razoável quanto a formas, para evitar que estas sejam vistas como fim em si mesmas, desligadas das verdadeiras finalidades do processo.

Assim, é indubitável que o processo administrativo é informado pelo princípio do formalismo moderado, que tem como consectário o princípio do prejuízo.

Merece destaque também a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a respeito do tema em sede de Mandado de Segurança:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. 2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o

que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes. 3. Segurança concedida. (STJ - MS: 5869 DF 1998/0049327-1, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 11/09/2002, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJ 07.10.2002 p. 163).

Assim, resta evidente a importância desse princípio para a correta condução do certame. Ignorá-lo pode vir a fazer com que o processo seja revogado ou até mesmo anulado, conforme o grau da irregularidade apresentada. Por fim, cabe destacar que os princípios que conduzem a mais formalidade não são vilões e não devem ser desconsiderados. Pelo contrário, a formalidade e burocracia trazida por eles levam a marcha processual a ter mais segurança jurídica, de forma que a intenção desta análise é demonstrar a necessidade de ponderação dos princípios.

Não obstante o fato de que a mencionada pessoa jurídica apresentou deficiências significativas em sua documentação, tais como a não apresentação de estatuto, contrato social ou instrumento específico (conforme item 3.5 do Edital), ausência de registro comercial ou ato constitutivo devidamente registrado (conforme item 7.2.1, IV), bem como a omissão de comprovante de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal (conforme item 7.2.2, VIII) e atestados de capacidade técnica (conforme itens 7.2.1, XIV.a e 7.4 do edital), o PREGOEIRO decidiu conceder prazos adicionais para a supressão das irregularidades, ao invés de agir da mesma forma que agiu com a BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA, inabilitando-a.

Ao dispensar um tratamento desigual entre os licitantes, o PREGOEIRO violou frontalmente o princípio da isonomia, criando uma disparidade de condições entre a BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA e o SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL e os demais licitantes.

A atuação do PREGOEIRO ao agir com excesso de rigor para com a BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA e com permissividade em relação ao SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL não apenas afronta o princípio da isonomia, mas também compromete a lisura e a transparência do processo licitatório, afetando a concorrência saudável e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A obrigação de garantir tratamento isonômico entre os licitantes transcende a mera formalidade. A Administração Pública tem a responsabilidade primordial de assegurar que todos os concorrentes tenham igualdade de oportunidades e sejam submetidos aos mesmos critérios de análise e avaliação.

A quebra do princípio da isonomia mina a credibilidade do processo licitatório, desencorajando a participação de potenciais concorrentes e prejudicando a possibilidade de escolha da melhor proposta para a Administração, em detrimento do interesse público.

Observe-se que a ilegalidade da conduta do PREGOEIRO inicia-se quando este não realizou diligência para buscar a comprovação necessária para habilitar ou inhabilitar a BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA. Eis que, em caso de dúvidas acerca da idoneidade da documentação apresentada pela BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA, caberia ao PREGOEIRO realizar diligências para comprovação e não o inhabilitar, conforme jurisprudência do TCU *in verbis*:

As informações demandadas nos atestados a serem apresentados por licitantes, para o fim de comprovação de capacidade técnica, devem ser dotadas de clareza, sendo que, no caso de dúvidas, cabe ao gestor público valer-se da faculdade contida no § 3º art. 43 da Lei 8.666/1993, promovendo diligências, para saneamento dos fatos, se necessário (Precedente: Acórdão n.º 2521/2003, Plenário).

(Acórdão n.º 1924/2011-Plenário, TC-000.312/2011-8, rel. Min. Raimundo Carreiro, 27.07.2011)

Observa-se que **o TCU também reconhece que a inhabilitação de licitante em virtude da ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, e que não resulte na inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes, caracteriza inobservância à**

**jurisprudência do TCU, mesmo diante da Lei Federal n.º 13.303/2016 e Lei Federal n.º 8.666/1993.**

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO REALIZADA COM FUNDAMENTO NA LEI DAS ESTATAIS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS. INDÍCIOS DE DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO NÃO PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO. CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR PARA SUSPENDER O CERTAME. REFERENDO.

[...]

17. Conforme Acórdão 918/2014 – TCU – Plenário (Relator: Ministro Aroldo Cedraz), a inabilitação de licitante em virtude da ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, de que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes, caracteriza inobservância à jurisprudência do TCU.

18. Por essas razões, está configurado o pressuposto da plausibilidade jurídica das alegações do representante.

[...]

(TCU - RP: 00356020198, Relator: BENJAMIN ZYMLER, Data de Julgamento: 27/02/2019, Plenário)

Diante do exposto, resta patente a violação do princípio da isonomia pelo PREGOEIRO ao adotar um tratamento desigual entre a BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA e o SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. O presente recurso tem por escopo resguardar os direitos da BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA e, por conseguinte, aprimorar a lisura e a equidade do certame, em consonância com os ditames legais.

Por fim, ressalte-se que o "Balanço Patrimonial e Contrato Social devidamente registrado conforme item 7.2.1 inciso V e IV do Edital" da BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA constam no sistema.

Caso o PREGOEIRO vá aceitar a inclusão de outros documentos pelo SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO

DISTRITO FEDERAL, deverá antes aceitar os da BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA.

#### IV – PEDIDOS

Por todo o exposto, requer a Vossa Senhoria o provimento do presente recurso, com efeito para que seja:

- a) Anulada a decisão que inabilitou a BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA, por dispensar tratamento não isonômico entre os Licitantes, notadamente entre esta e o SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. E que seja anulada a decisão que habilitou o SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ sob o n.º 03.803.317/0007-40, uma vez que deixou de apresentar apresentar “Balanço Patrimonial e Contrato Social devidamente registrado conforme item 7.2.1 inciso V e IV do Edital” e, ao mesmo tempo, habilitou o SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.803.317/0007-40, mesmo quando: **(i)** deixou de apresentar cópia do estatuto, contrato social ou instrumento específico, conforme item 3.5 do Edital; **(ii)** Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na forma da Lei, para comprovação do ramo de atividade e do capital social, conforme item 7.2.1., IV; **(iii)** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital da sede do licitante, conforme item 7.2.2, VIII; e **(iv)** Atestado (s) de capacidade técnica em nome da empresa licitante, conforme item 7.2.1, XIV.a., juntamente com o item 7.4 do edital;

- b) Na hipótese de entendimento diverso de Vossa Senhoria, requer-se que o presente recurso seja encaminhado à Autoridade Competente para apreciação do pedido de reforma retroconsignado.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Brasília 22 de agosto de 2023.

**ANDRÉ CORREA TELES**  
**OAB/DF n.º 41.363**  
**ANDRÉ TELES ADVOGADOS**  
**OAB/DF n.º 5.611/20 – R.S.**  
**CNPJ n.º 38.715.487/0001-61**

**MATHEUS SEGMILLER CRESTANI PEREZ**  
**OAB/DF n.º 55.172**  
**ANDRÉ TELES ADVOGADOS**  
**OAB/DF n.º 5.611/20 – R.S.**  
**CNPJ n.º 38.715.487/0001-61**

Este documento foi assinado digitalmente por Andre Correa Teles.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1904-0355-D472-8CD2.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1904-0355-D472-8CD2> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1904-0355-D472-8CD2



### Hash do Documento

144CFE14D75BA837DB3378682D4EED58F729B58BD69CE20E2B97BA7619538F38

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/08/2023 é(são) :

☒ ANDRÉ CORREA TELES (Signatário) - 733.000.041-87 em  
22/08/2023 17:49 UTC-03:00

**Nome no certificado:** Andre Correa Teles

**Tipo:** Certificado Digital



## PROCURAÇÃO COM PODERES GERAIS E ESPECIAIS

**OUTORGANTE: BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 05.663.326/0001-12, com sede na SDS, Bloco O, Ed. Venâncio VI 221 a 227, Brasília, CEP n.º 70.393-905, Distrito Federal, representado na condição de sócia-administradora da empresa denominada por **ALINE MATIAS DE OLIVEIRA MARTINS**, brasileira, casada, empresária, inscrita na Identidade Militar n.º 033582493-4 e inscrita no CPF n.º 168.437.188-55, residente e domiciliada na Quadra 9, Conjunto G, Casa 16, Sobradinho I, Brasília, CEP n.º 73035-097, Distrito Federal.

**OUTORGADO: ANDRÉ CORREA TELES**, brasileiro, casado, advogado com inscrição na OAB/DF sob o n.º 41.363, **ARITA ANE ANTUNES DE SOUSA**, brasileira, casada, advogada com inscrição na OAB/DF sob o n.º 46.692 e **MATHEUS SEGMILLER CRESTANI PEREZ**, brasileiro, solteiro, advogado com inscrição na OAB/DF sob o n.º 55.172, **DEBORAH GONTIJO MACIEL PINHEIRO VIEIRA**, brasileira, divorciada, advogada com inscrição na OAB/DF sob o n.º 51.419, **JOÃO ANTONIO BIAS DALL'AVA**, brasileiro, solteiro, advogado com inscrição na OAB/DF sob o n.º 41.240, todos com endereço profissional situado na SBS, Quadra 2, Lote 15, Bloco E, *Prime Business Convenience*, Sala 206, Sobreloja, Setor Bancário Sul, CEP n.º 70.070-120, Brasília, Distrito Federal, sede da **ANDRÉ TELES ADVOGADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 38.715.487/0001-61.

**PODERES:** pelo presente instrumento particular de mandato o OUTORGANTE nomeia e constitui como seu procurador o OUTORGADO, concedendo-lhe amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 105 do Código de Processo Civil, com cláusula “*ad-judicia et extra-judicia*” a fim de que, em conjunto ou separadamente, posa(m) realizar todos os atos inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal podendo agir em Juízo ou fora, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, usando os recursos

Este documento foi assinado digitalmente por ALINE MATIAS DE OLIVEIRA MARTINS.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 5504-EC12-CE76-25C8.

legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, e com poderes específicos para impugnar lançamento, desistir da jurisdição contenciosa, ter ciência de decisão do contencioso administrativo, paralisação temporária ou reativação ou baixa de inscrição, requerer parcelamento, adesão a programas de recuperação de créditos tributários, confessar dívidas, requerer a emissão de certidões positivas de débitos e acesso a dados protegidos pelo sigilo fiscal, impugnar editais licitatórios, protocolar pedidos de esclarecimento, recursos e demais atos atrelados a editais licitatórios, bem como qualquer outro ato em que se exorbite a administração ordinária, praticar quaisquer atos perante repartição pública e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, distrital, estadual e municipal, autarquia, entidade paraestatal, empresas privadas, particulares, públicas e mistas, em especial a Secretaria da Economia do Distrito Federal, Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (SDE/DF), Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal (DF Legal), Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal (Procon-DF) e qualquer outra entidade, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

Brasília – DF, 19 de julho de 2020.

**BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA**

**CNPJ n.º 05.663.326/0001-12**

neste ato representado por

**ALINE MATIAS DE OLIVEIRA MARTINS**

**CPF n.º 168.437.188-55**

**Sócia-administradora**

Este documento foi assinado digitalmente por ALINE MATIAS DE OLIVEIRA MARTINS.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 5504-EC12-CE76-25C8.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5504-EC12-CE76-25C8> ou vá até o site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: 5504-EC12-CE76-25C8**



### Hash do Documento

8F5980647992A162415D8B5E09217CFCBFE707DAB3B9A062F5390F9C246F1003

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/07/2021 é(são) :

☒ ALINE MATIAS DE OLIVEIRA MARTINS - 168.436.188-55 em  
20/07/2021 10:06 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

